

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal de Brasília Class.: 82
 Data 2 de março de 1978 Pg.: 11

Intelectuais contra emancipação

Em repúdio à decisão do ministro Rangel Reis em elaborar um decreto para regulamentar a emancipação dos índios, 160 intelectuais — antropólogos, linguistas, médicos, professores e estudantes de Antropologia — divulgaram ontem para a imprensa um baixo-assinado "visando desmas- carar as verdadeiras intenções sub- jacentes às modalidades deste decreto ou do que dele se conhece".

Entre as assinaturas e adesões por telefone encontram-se as dos an- tropólogos Carmen Junqueira, Lux Vidal e Expedito Arnaud, do Museu Goeldi, o médico João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina, Roberto Baruzzi e ainda dos linguistas Aryon Rodrigues da Unicamp, Carlos Franchi, presidente da Associação Brasileira de Linguis- tica e Florestan Fernandes.

IRREGULAR

No documento, os intelectuais con- sideram irregular a participação da Funai, que deverá indicar as tribos ou indivíduos a serem emancipados, dizendo que "não existem critérios válidos para a suspensão da tutela que não partam da iniciativa dessas próprias comunidades".

Os antropólogos, linguistas e médicos que assinaram o documento afirmam que, "na realidade, com esta tentativa de alteração do Estatuto, o Estado está querendo abrir — após mais de 400 anos de espoliação — ca- nais legais para se isentar da responsa- bilidade de tutela das comunidades indígenas".

Com uma ligeira análise sobre a identidade indígena, o documento afirma que agora é "o momento para o Estado de reconhecer e garantir às populações indígenas a propriedade de seu território, registrando-o de- vidamente e em forma de propriedade coletiva, contínua, inalienável e suficientemente extensa para permitir o incremento da população".

Além do repúdio ao decreto, o documento pede ainda uma maior eficácia no processo de demarcação das terras indígenas, porque "sem a demarcação das terras, sem assistên- cia educacional, sanitária e aos projetos de desenvolvimento co- munitário, a emancipação redundará fatalmente no desaparecimento dos grupos tribais".

Citando uma das últimas decla- rações de Rangel Reis, que disse con- siderar "um absurdo não se ter encon- trado até hoje uma forma de dar melhores oportunidades ao índio que está na miséria, agregado à terra e sem novas chances de trabalho", o documento refuta as opiniões do ministro dizendo que "essa miséria, que é característica dos grupos in- dígenas em contato mais estreito com a sociedade nacional, é fruto justame- nte de uma experiência histórica na qual, até por omissão, o Estado executou uma política antiíndigena".